



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2025/TEC/LPPE-0045, outorga a presente

Licença Prévia de Perfuração Nº 66/2025

em favor de CARMO ENERGY S.A., CNPJ nº 41.955.491/0002-92, sediado na Rua Francisco Rabelo Leite Neto, Atalaia, Aracaju, SE, CEP 49.037-240, **para perfuração do poço terrestre LOC-CP26-CE, localizado no Campo de Carmópolis, na fazenda Entre Rios, no município de Japaratuba/SE, nas coordenadas: UTM Datum 24L SIRGAS 2000: 8821806 mE / 725254 mS.**

Considerações Gerais

01. Esta Licença Prévia de Perfuração foi emitida às 13:18:54 do dia 26/06/2025, com validade por 1 ano, vencendo-se em 26/06/2026.
02. O código de controle desta licença é **<d4f2e1f2622ce88fb7c81a5a59770c59>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 66/2025

Código: d4f2e1f2622ce88fb7c81a5a59770c59

Condicionantes

1. O empreendedor deverá no prazo de 30 (trinta) dias a contar a partir desta data, afixar placa de identificação, devendo conter, no mínimo, o número sequencial do poço, coordenada geográfica e o nome da operadora. A resolução ANP nº 699/2017 estabelece ainda que as placas devem ser fixadas em local visível e de fácil acesso, para que possam ser identificadas pelos agentes de fiscalização
2. Esta licença refere-se à perfuração do poço terrestre LOC-CP26-CE, localizado no Campo de Carmópolis, na fazenda Entre Rios, no município de Japaratuba/SE, conforme procedimentos constantes no RCA – Relatório de Controle Ambiental, dos poços apresentados à Adema, cujas localizações constam nos seguintes pontos N= 8821806 E= 725254 georreferenciados UTM Datum 24L SIRGAS 2000.
3. A empresa deverá apresentar a certidão de uso e ocupação do solo, emitida pela Prefeitura Municipal, no prazo de noventa (90) dias a partir da emissão dessa licença;
4. Os poços que estiverem em áreas urbanas deverão obedecer aos horários diurnos da atividade de operação, em atendimento às emissões sonoras determinadas pelas ABNT NBR nº10.151/2019 e nº 10.152/2017, referenciadas pela Resolução CONAMA nº 01/1990.
5. Os poços deverão ser conectados ao alimentador de rede elétrica responsável pela alimentação do campo ao qual se encontram inseridos e compatibilizados com a licença ambiental expedida da região, para efeito de atualização da licença.
6. Deverão ser aplicadas todas as medidas mitigadoras, de proteção contra poluição, e implementados os Programas de Controle e Monitoramento, abaixo relacionados:
 - a) Programa de Educação Ambiental.
 - b) Programa de Ação e Emergência.
 - c) Programa de Controle da Poluição.
 - d) Programa de Controle de Propagação de Ruído.
7. Deverá ser implementado o Programa de Comunicação Social para informar as comunidades sobre as atividades que serão realizadas e evitar incidentes através da conscientização sobre os riscos envolvidos.
8. A realização dos trabalhos para a perfuração do poço terrestre LOC-CP26-CE, localizado no Campo de Carmópolis, município de Carmópolis/SE, fica condicionada à liberação da(s) área(s) envolvida(s) pelo(s) proprietário(s) superficiário(s).
9. A empresa, quando da execução dos trabalhos para a perfuração do poço terrestre LOC-CP26-CE, deverá obedecer às determinações executivas dos órgãos públicos municipais.
10. A empresa deverá manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme preconiza a Lei Federal nº12.151/2012.
11. As obras de construção e montagem da base do poço terrestre LOC-CP26-CE deverão ser de acordo com os procedimentos e plantas em conformidade com o memorial descritivo: MD-3214.00-1210-100-0001-016.
12. O sistema de produção e escoamento de fluidos utilizados na perfuração do poço terrestre LOC-CP26-CE deverá ser do tipo fechado com recirculação permanente entre o reservatório e os tanques de armazenamento.
13. Todo escoamento de óleo deverá ser feito por duto revestido como forma de minimizar a ocorrência de acidentes.
14. As empresas que efetuarão o transporte dos produtos e resíduos perigosos, utilizados e gerados nas atividades da empresa deverão estar licenciadas por órgão ambiental competente.
15. A empresa fica permanentemente vedada de:
 - a) Acender fogueiras no local dos serviços, bem como a elaboração de alimentos para refeição, devendo toda a alimentação fornecida ser de origem externa.



Licença: 66/2025

Código: d4f2e1f2622ce88fb7c81a5a59770c59

Condicionantes

- b) Realizar obras de infraestrutura no local dos serviços.
16. Os serviços de terraplenagem deverão obedecer às Normas específicas, bem como a Legislação Ambiental vigente, no que se refere à drenagem de águas pluviais, aterro do terreno e composição taludal:
- a) O sistema de drenagem de águas pluviais deverá ser executado de forma a garantir o fluxo natural das águas evitando o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e outros).
 - b) Monitorar a área para evitar a formação de processos erosivos e o assoreamento da drenagem natural, esse monitoramento deverá ser efetuado por responsável técnico habilitado.
 - c) Implantar e manter o sistema de sinalização com placas de advertência em pontos estratégicos na área do desmonte e suas adjacências, para alertar quanto ao tráfego de veículos pesados, além de manter o polígono sempre cercado, de maneira a evitar a entrada de animais e pessoas.
 - d) Quaisquer alterações na condução da Terraplenagem (corte e aterro) que resultem na inobservância das condições estabelecidas nesta Licença deverão ser previamente.
17. A empresa deverá dar tratamento e acondicionamento dos resíduos gerados pela atividade para empresas devidamente licenciadas por órgão ambiental competente, tendo como prioridade a destinação para o coprocessamento. Os resíduos domésticos deverão ter destinação de acordo com a especificação do material.
18. Qualquer alteração relativa à instalação do poço quanto à base e acesso deverão ser encaminhadas a Adema, acompanhada da respectiva justificativa, para análise.
19. Todos os resíduos líquidos e sólidos qualificados como perigosos ou não, gerados nas suas atividades deverão ter suas destinações de acordo com o Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos (PGEL) e Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), respectivamente apresentado a Adema.
20. Todo o efetivo e terceirizado envolvido na instalação da unidade deverá ter ciência do Plano de Resposta a Emergência do ativo de produção, com destaque para o Plano Operacional de Resposta – POR.
21. A empresa se responsabilizará por quaisquer derramamentos de óleos, graxas, águas produzidas (associadas) e/ou outro qualquer contaminante, pelo qual adotará todas as medidas cabíveis com vista a prevenir acidentes.
22. Constatando a inviabilidade do poço, a empresa deverá requerer à Adema uma Autorização Ambiental para o encerramento das atividades, apresentando relatório técnico com os motivos, procedimentos de abandono de poço, conforme a Resolução ANP n° 817/2020.
23. Toda a área da locação do poço e o seu respectivo acesso deverá ser sinalizada, em conformidade com a necessidade de advertir e educar a comunidade nas proximidades do empreendimento.
24. Todos os procedimentos de segurança interagidos ao meio ambiente deverão ser cumpridos para não expor ao risco a operação do empreendimento, em conformidade com as normas vigentes.
25. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta licença.
26. Qualquer situação de emergência relativa aos procedimentos na perfuração do empreendimento e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada à Adema dentro de 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis, conforme Resolução ANP n° 44/2009.
27. Qualquer alteração relativa aos trabalhos para a perfuração do poço terrestre LOC-CP26-CE, deverá ser encaminhada à Adema, acompanhada da respectiva justificativa, para análise.



Licença: 66/2025

Código: d4f2e1f2622ce88fb7c81a5a59770c59

Condicionantes

28. No caso de desativação, a empresa fica obrigada a apresentar plano de encerramento das atividades, a ser aprovado pela Adema.
29. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa e/ou mudança de titularidade do empreendimento deverão ser previamente apresentada à Adema para a respectiva avaliação.

